A EXCLUSÃO CONTEMPORÂNEA DA PERIFERIA NA AMAZÔNIA

Bento Gustavo Sousa Pimentel[1]
Maria Olinda Silva de Sousa Pimentel[2]

RESUMO

Este *paper* traz a discussão entre modelos teóricos de desenvolvimento, dando destaque ao viés endógeno e estudos desenvolvidos em áreas agricultáveis. Colocará em discussão conceitos clássicos do determinismo econômico à elucidação societária direcionada ao desenvolvimento da realidade em foco. As discussões acumulam subsídios ao suporte teórico e metodológico, aptos a examinarem problemáticas dentro da realidade ribeirinha, sincronizada com modelos de análise crítica e social.
Palavras-chave: Antropologia; Marxismo; Desenvolvimento Endógeno; Inovação.

RESUMEN

Este trabajo trae el debate entre modelos teóricos del desarrollo, dando énfasis en endógenos y estudios desarrollados en áreas cultivables. Poner en conceptos clásicos del argumento del determinismo económico a la elucidación de la realidad empresarial basada en el desarrollo en foco. Las discusiones acumulan las subvenciones al apoyo teórico y metodológico, capaces de examinar los problemas dentro de la realidad ribereña, sincronizado con el análisis crítico y modelos sociales.

1 Bacharel em Projeto de Produto, mestre em Design & Tecnologia pelo PGDesign/UFRGS (2015) e Doutorando em Desenvolvimento Sustentável no NAEA/UFPa. É colaborador do grupo de pesquisa DEPROMA. E-mail: bento.pimentel@ufrgs.br

2 Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (1977), Especialização em Educação Física Pré-Escolar pela Escola Superior de Educação Física do Pará (1983), Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1992). Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (1998). E-mail: mo_linda2004@yahoo.com.br

Palabras clave: Antropología; Marxismo; Desarrollo endógeno; Innovación.

1. INTRODUÇÃO

Um barracão repleto de artigos coletivos, *posters*, artefatos de expressão folclórica, e ornamentos à maneira regional recepcionam os visitantes recém-chegados no quilombo África, primeiro caso de nossa referência. Em conversa, Magno, líder da comunidade, enfatiza a questão etnoracial, no fortalecimento da identidade coletiva. O líder discorre sobre a origem do quilombo, sob uma senzala que há muito havia na beira do igarapé Samaúma*. A senzala fez parte de todas as propriedades de Raimundo Barata, somando um total de 10 sesmarias. Sua composição étnica também dispunha de índios Caetés, bem como outros negros e índios migrados do Nordeste do país.

No enfático sobre a ausência de políticas públicas adequadas às demandas da realidade ribeirinha (SIMONIAN, 2000), do que decorre que, verifica-se, que tal como em outras organizações sociais similares, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB)[3] possuem em algum momento, passagem no estabelecimento daquela comunidade quilombola, a partir da questão político-fundiária. A prioridade que o termo Redes Sociais no sentido organizacional adquire no contexto do quilombo, é reiterado ante a necessidade de fortalecimento legal e aquisição de autonomia econômica, bem diferente no tocante aos setores de tecnologia.

O acesso ao ensino chega à comunidade pelo sistema modular. Este acesso está socialmente integrado à comunidade, de formas que, estudantes de idade variada não precisam deixar o quilombo até ingressar na Universidade. Contudo, a permanência de um profissional de educação na comunidade, na opinião

3 Às CEB são atribuídas um marco cronológico (ano de 1980) nas reivindicações da comunidade em questão conforme Santos e Aquino (2012). Também é atribuído a Juvêncio de Moraes o papel patriarcal no historicismo da comunidade.

de Mágno, demanda que o mesmo possua uma identidade ou identificação, no entendimento e trato com as pessoas do quilombo.

Desde 2001, contam-se 150 pessoas distribuídas pelo quilombo. Como características econômico-produtivas da comunidade, destaca-se a produção de Açaí com utilização de técnicas tradicionais de manejo. Compreende-se essa data tal qual um marco, pois que até então a comunidade se aglutinava em estado de isolamento, implicando na manifestação de resistências culturais de forte identidade, expresso em canções e danças populares como o carimbó e outras.

Tal como na representação cultural ante a dança folclórica, as atividades econômicas prescindem igualmente de uma opção política, senão homogênea, assumida abertamente pelo líder e alguns indivíduos. Nessa extensão, a comunidade realiza a transformação de areia em acabamento vítreo no processo de queima com forno cerâmico para a produção em pequena escala de peças artesanais[4]. Para o acabamento de peças cerâmicas com aspecto visual que lembra a finalização carbônica metálica, é utilizado um defumador em formato de cubículo, montado com tijolos e acrescido de folhas de Cupuaçu, fruta regional durante 50 minutos de duração de queima, onde a fumaça incide direcionada contra a superfície côncava dos itens de artesanatos.

No entanto, a não adesão ao quadro econômico-produtivo a partir da condução estatal por imposição de diretrizes de atividades tal como a produção de Dendê, e a recusa à integração a malha de rodovias a partir de projetos de expansão rodoviária na região, descrevem os desmandos e impasses políticos perpassados por resistência cultural e governança difusa (SIMONIAN, 2000), configurando situações de problemáticas negociações.

Distante cerca de 20 minutos a pé do galpão e vivendo há 40 anos em Laranjituba, Sr. Valério vive com vários outros moradores na mesma casa. A mais nova dos membros com quem

4 Na casa de cerâmica, no barracão como sede espacial da comunidade incorrem as interações etárias, relações hierárquicas, instrumentação técnica e utilização dos recursos naturais para geração da produção voltada ao acúmulo de capital da população.

vive possui 9 anos. Com muita paciência no trato com os entrevistadores, comenta que quando havia chegado ao território do quilombo na década de 70, a produção era voltada somente a produção de farinha, arroz e milho. Na época 30 kg de farinha equivaliam a 1kilo de charque durante a expansão migratória na década de 70, chegando a levar dias de ralamento de farinha, processo braçal não compensatório dado o grande esforço físico.

Com estudos que foram até a terceira série, deduz-se a partir do depoimento de Valério, certo aspecto de ascendência na aquisição de um nível de simbolismo ante a construção coletiva do imaginário sobre as trocas comerciais, com o outro lado do rio. Nesse aspecto, essa aquisição adquire ressignificados em medida que o sistema de troca do quilombo se consolida durante o decorrer dos anos, frente ao estabelecimento da comunidade e suas relações no mercado. Valério comenta também que atividades no quadro da saúde também mudaram, e com isso, a geração infantil mais recente pode crescer em medida que alguns cuidados são realizados a partir de um maior acesso geral a equipamentos públicos de atendimento à saúde nas proximidades do quilombo.

Na casa de Maria de Livramento moram seis indivíduos, entre 18 e cinquenta anos. Diferentemente da primeira situação, nesta comunidade, há adultos que ainda estudam[5], demandando sua saída a áreas urbanas. Extração e beneficiamento de Açaí e Farinha são as principais fontes de renda da família: *'dá pra viver de comércio'* diz ela. As divisões das funções na associação local segmentam-se em presidência, secretariado, tesouraria e fiscalização, contando com reuniões mensais sem sede própria.

Em meio a todos os outros moradores entrevistados, D. Francisca se destaca pela lucidez, objetividade e eloquência de seu relato. Surpreendendo pelo porte físico magro e idoso que apresenta aos 55 anos e nascida na comunidade África, a senhora de aspecto peculiar do tipo humano regional mora junto a outras quatro pessoas. Declara que já realizou trabalhos escravos, e comenta que, complementar ao quadro de melhoria no acesso aos recursos de saúde, o maior problema visualizado é o concernente à Política.

5 Adultos entre 38 e 55 (SANTOS; AQUINO, 2012).

Figura 1: Fred Alexis e D. Francisca



Fonte: Fred Alexis e Bento Pimentel (2016)

Em uma perspectiva dialética, torna-se sensível a peculiaridade de certos aspectos da vida coletiva verificada na interlocução etnográfica (SIMONIAN, 2000) à comunidade Laranjituba e África. Aquisição da compreensão de uma situação econômica, construção do juízo histórico e imaginário folclórico sobre a mística do lugar incorrem na composição peculiar dos aspectos que remetem à estruturação da cosmovisão coletiva dos habitantes.

Em Santos e Aquino (2012) apresentam-se a partir do estudo do objeto social em torno das mesmas comunidades quilombolas, discussões acerca das reivindicações de direitos a partir da maximização da governança em uma percepção societária ligada às ferramentas de atuação popular[6]. Complementarmente em Santos e Pureza (1990) a descrição visa a utilização do recurso

6 Os conceitos principais visitados por Santos e Pureza (1990) são i) empoderamento coletivo, ii)teoria da ação coletiva, iii)teoria das redes sociais, e iv) quilombolismo.

fotográfico para registrar como a resistência cultural é realizada a partir de um simbolismo de raízes afro-descendentes, em direções a questões 'autodenominadoras à autonomia' - com possíveis relações com o empoderamento freireano. Ambos cenários prescindem do atendimento a critérios de governabilidade e inserção de projetos a partir da operacionalização de políticas públicas. O cenário demanda a descrição:

> Atualmente vem trabalhando na reformulação das atividades paras as comunidades, como por exemplo, roda de conversa que discute de maneira descontraída e próxima da realidade sobre a vida e história das comunidades, oficina de informática, de tranças nos cabelos, danças, artesanato e a inserção de jovens que interagem com as atividades de dança, música, capoeira além de montar o sistema de som e cinema concedido através de parcerias com o Ministério da Cultura com o programa Cineclube (SANTOS; AQUINO, 2012, p. 7).

A cosmogonia local complementa uma ecologia de práticas de temporalidades adversas, ora coloniais ora contemporâneas. Para tal aquisição, uma instrumentação da organização territorial da comunidade remonta aos anos 1998 e 1999, em que os locais iniciam relações de inscrição legais com o ITERPA (Institutos de Terras do Pará), e com o CEDENPA (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará), de maneira a acelerar os processos de reconhecimento, titulação e elucidação identitária de seus indivíduos ante a categoria geral representativa quilombola. Os projetos Filhos do Quilombo e Casa de Cerâmica destacam-se como iniciativas oriundas desse alinhamento (SANTOS; AQUINO, 2012).

Em Santos e Pureza (1990) é inquirido o papel do quilombo na atualidade, a partir da caracterização situacional do objeto social de estudo, i) área de ocupação do quilombo, ii) localização geográfica, iii) demandas socio-políticas, iv) atividades e organização econômico e produtiva. Também é problematizado o enquadramento legal da área quilombola para a delegação de ações de reforma ante órgãos governamentais.

Atualmente, a articulação correlaciona-se com outras organizações tais quais AQCAETÉ, AQUIMOMI, AQUISU, As-

sociação Quilomboa de CACOAL e da localidade de Jambuaçu, dado uma real demanda por ampliação das Redes Sociais entre tais agentes emergentes, de maneira a aumentar a visualização e fortalecimento político sob a ação social localizada nos quilombos. Há, porém, contradições e correlações na questão fundiária com projeções na divisão espacial do trabalho em nível local e mesmo microlocal (SANTOS; AQUINO, 2012).

A questão territorial levantada diz respeito a governança local, bem como aos interesses conjunturais endógenos frente às problemáticas práticas de gerenciamento da união. Nesse ínterim, destaca-se a possibilidade de intervenção de diretrizes governamentais do campo extrativista no recorte conjuntural do quilombo. No entendimento expandido do quadro jurídico destacam-se ainda as pautas legais de reconhecimento étnico no país (SANTOS; PUREZA, 1990).

Aspectos complementares dizem respeito às possibilidades de parceria com órgãos de apoio, ensino da história afro na educação básica, sustentabilidade coletiva, e possibilidades de incursão a partir da utilização de novas interações tecnológicas (SANTOS; PUREZA, 1990). Porém, como apresentado na entrevista, localmente, a liderança apresentou os desacertos provocados pelos mandos e desmandos governamentais, a partir dos interesses políticos divergentes com o governo municipal e atrelamento entre identidade quilombola, desenhos territoriais e políticos de correlação em espaço juridicamente delimitado. Tal problema decorre cronicamente sobre o repasse de diretrizes dentro da agenda política local (SANTOS; AQUINO, 2012).

O problemático marco cartográfico se equipara com as adversidades das divisões territoriais de funções realizadas por ambas as comunidades, em que o Projeto Filhos do Quilombo protagoniza as interações em rede digital, enquanto a associação África e Laranjituba realiza um conjunto de ações em nível executivo (SANTOS; AQUINO, 2012).

Em nosso país, as periferias são vistas como lugares da pobreza. Os governos perpetuam sua infraestrutura precária quando não totalmente, onde não há nenhum atrativo para investi-

mentos humanizados, mas apenas para as práticas que ainda se alinham à lógica do capitalismo periférico. Quando se tratam de periferias urbanas, fato relacionado às áreas das grandes cidades, esta situação adota um perfil – o dos bolsões de pobreza, onde a miséria é a marca. No entanto, o mesmo fenômeno se verifica nas regiões rurais e/ou ribeirinhas da nossa região, a Amazônia. Sua história, valores, territorialidade, características sócio ambientais, políticas e culturais são ignoradas, do que resta a aplicação de políticas que resultam em projetos que em nada respondem as necessidades do homem da região, continuando a se perpetuar as antigas políticas oligárquicas.

Nessa perspectiva de oposição aparente, Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável e Comunidades Tradicionais prefiguram parâmetros opostos entre esquemas modernos e não evoluído peculiares, com diferenças ressaltadas por um ponto com base no desenvolvimento econômico, e aparente antagonismo aos interesses sociais locais.

Uma questão norteadora conduzirá as discussões: quais as adversidades sociais do desenvolvimento sustentável? Quais delas são verificadas na realidade ribeirinha? Que condição central da identidade e vida ribeirinha e especificamente das populações tradicionais, debate frontalmente com as propostas teóricas de modelo de desenvolvimento?

O cotidiano da vida do homem ribeirinho parece acenar para uma organização circularizada, que expressa em suas diversas expressões culturais, como a roda de dança do carimbo, a roda de conversa, pontuadas por redes de colaboração em que os integrantes das comunidades se fazem colaboradores uns dos outros, etc.

A ausência de políticas direcionadas a vida ribeirinha, e especificamente quilombola, faz com que essas comunidades se mantenham em uma situação de *lusco fusco* com sua identidade mal-entendida, com sua cultura marginalizada, com seus direitos negados.

Os padrões e políticas de desenvolvimento de perfil teórico endógeno, exógeno, unilinear ou multilinear, serão capazes de dialogar com esta expressão identitária que tem uma história própria, um ideal de vida e singular?

Este artigo pretende traze uma discussão de idéias para a formulação conceitual de um modelo preliminar de análise societária voltada ao desvelamento da vida ribeirinha, frente às necessidades do desenvolvimento sustentável

De maneira a desenvolver a discussão teórica, será proposta uma comparação conceitual com base na aquisição do objeto fotográfico de significância semântica[7], obtido por procedimentos de base metodológica etnográfica em Laranjituba e África, com uma revisão de literatura permeando uma possível correlação fenomênica da percepção da Sustentabilidade no âmbito político e econômico, com adversidades. Sendo assim, o argumento pesquisado em torno do problema sucede análises, descrições e marcos teóricos que estão relacionados a possíveis fragilidades teóricas e aplicativas do Desenvolvimento no campo da interação entre variável humana e fator econômico.

Esse artigo se estrutura em quatro tópicos, Conceitos peculiares, Assentamentos no Marxismo, Desenvolvimento endógeno e adversidades, e Discussões. Sua principal contribuição é oferecer um quadro em que as diferenças conceituais a partir da experiência etnográfica em torno da sustentabilidade real da vida ribeirinha (SIMONIAN, 2000), emerjam à tona sob elucidação da filosofia ante os problemas societários. Para alcançar tal aspecto qualitativo, deduções irão visitar autores como Geertz (1963, 2002), Barquero (2002), Mészarós (1981, 2002), Suassuna (2008), e Marx (2014). Questões norteadoras apontam o rumo da nossa discussão: Quais as diversidades sociais do desenvolvimento sustentável? Quais delas são verificadas na realidade ribeirinha? Que condição central da identidade ribeirinha debate frontalmente com as propostas de desenvolvimento sustentável?

7 A escolha do método com base na opção pela experiência auditiva, visual e descritiva, provém alcançar um entendimento documental pregnante a partir da convivência. Esse conhecimento dificilmente seria transcrito de maneira fidedigna a partir da História Oral em transferência sistemática.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Conceitos peculiares

Nesse tópico será resgatada a contribuição de autores do campo da antropologia a apresentar sua contribuição em uma aproximação com a área de estudos. Geertz (2005) contribui em primeira instância para analisar essa descrição da realidade do entorno ribeirinho, a partir da emergência de possibilidades de análises de fundo antropológico, não visitadas até a década de 60. Nessa revisita a cenários imbricados na discussão da questão do desenvolvimento na Indonésia, é constatada a possibilidade do abandono do pensamento político-econômico neoclássico, concomitante a partir da reflexão ao estudo descritivo no campo etnográfico.

Tal transição na abordagem antropológica é marcada pelo estudo de tensões sociais frente à possibilidade de substituição de um quadro problemático no campo da descrição econômica, em que a sociedade Indonésia passa por uma transição do sistema político autoritário implantado por Sukarna (1956-1967) a um esquema neoliberal de condução político-econômica. Tal transição ocorre, no entanto, sem apresentar transformações substanciais do ponto de vista da qualidade de vida populacional.

Epistemologicamente, o período descrito por Geertz (2005) caracteriza-se por um envolvimento com a base antropológica na sucessão das correntes de Evolução Unilinear e Multilinear. Em Steward (1972), tal descrição encontra similaridade em investigações voltadas a categorias como parentesco, organização de vilarejos, técnicas de agricultura, língua e relações de troca, a abordagem utilizada para analisar algo próximo ao orientalismo ao final da década de 40.

Tais vertentes com base conceitual nas abordagens de *'cultura como obstáculo'* e *'cultura como estímulo'*, remetem a uma compreensão positiva de interação com o objeto de estudo, tal como descrevem alguns indicadores econômicos, ou mesmo algumas bases *gestaltistas* e *behavioristas* no que tange a percepção

humana à formação de modelagem do pensamento econômico (ARNHEIM, 2004). Porém, verifica-se que a opção pela descrição cultural no processo de internalização do fator social em análises sistêmicas tal como propõe Geertz (2005), não implica em um recorte ausente de subjetividade.

O agrocultivo na região de Java possui traços de influência da passagem sueca pela região, incluindo características como opção pelo trabalho campesino pesado, voltado à exportação. Tal aspecto também é verificado pela interligação entre economia baseada em projetos de utilização de recursos, frente à pequena economia camponesa. O problemático cenário de trabalho braçal adicionado ao crescimento reduzido do setor de agricultura induz à configuração de um processo, denominado nos termos de Geertz (2005) de involução.

Tal involução é descrita inicialmente em uma publicação do próprio autor (GEERTZ, 1963), abordando um contexto multifacetado de problemas socioeconômicos que discorrem na explosão populacional indonésia. Tal estudo, contudo é mal absorvido pelos setores acadêmicos, dirigindo a discussão de volta ao campo economicista.

Nesse contexto do debate sobre a involução, a barreira cultural no pensamento econômico retorna ao debate a partir da compreensão das externalidades culturais na modelagem economicista, a ser reinterpretada por duas correntes principais, i) corrente com base na perspectiva marxista, absorvida pelo pensamento estruturalista com viés societário, e, ii) corrente que utiliza modelos de ação racional de base conceitual neoclássica com apelo populista.

Sendo assim, o objeto de estudo em torno de Java é assimilado pela base do pensamento marxista como material de discussão em torno do modo de produção asiático. Tais discussões são propostas a partir de abordagens dialéticas entre conceitos abrangentes e conhecimentos específicos, reforçados pelo aparecimento do Mundo da Teoria dos Sistemas (Teoria dos Sistemas).

A questão norteadora que conduz as investigações nesse campo, pontuam a história javanesa com marcos históricos na tentativa de demarcar causas fundamentais da *commoditização* dos sistemas de vida neocoloniais do país, buscando sua reversão por meio da elucidação das questões campesinas. Tais contribuições tem por base a descrição do processo de alienação dos meios de produção dos campesinos, no qual marcadores asiáticos descrevem um ponto de inflexão socioeconômica entre segmentos distintos, como donatários do instrumento governamental de recolhimento de impostos, e a base da força produtiva local. Pode-se considerar que situação aproximada ocorre com a população ribeirinha.

Porém, mesmo embasada pela capacidade marxiana de crítica, no caso indonésio alguns aspectos fogem à teoria, tal como a não constatação de acúmulo de riqueza por parte de burguesa emergente, diante de uma elite agrária ligada ao regime de Suharto. Paulatinamente, a descrição dessa elite diferenciada perde espaço frente aos aspectos culturais das dinâmicas socioeconômicas no espaço agrário, de maneira a desabilitar análises economicistas com viés ideológico.

A incongruência de tais análises é constatada a partir de recortes propostos com base na metaforização da possibilidade de mudança econômica, apartada da relevância que as características culturais possuem na microfísica local. Dessa maneira, são gerados hiatos *(continental shift)* nos modelos teóricos, uma desconexão entre conceitos da superestrutura e as mais fundamentais regras determinísticas.

Geertz (2005) direciona uma atualização da problemática a partir da transição dos modelos agroeconômicos de baixa densidade tecnológica, àqueles conduzidos pelas diretrizes da revolução verde. Eufemizada por discurso bioético, e atrelada à possibilidade de entronização nos pequenos sistemas de produção local, a otimização da produção delimitada pela ação do capitalismo financeiro gera aspectos de desterritorialização do trabalho *(scale labour displacement)*[8] e racionalização radical no pensamento político-econômico.

8 Também comentado de maneira expandida em Simonian (2000) e Mészarós (2002).

A evolução multilinear é uma metodologia baseada na acepção de que regularidades de significância podem incorrer em constatação sob o estabelecimento de leis culturais determinantes. O método da Evolução Multilinear está voltado a estabelecer uma correlação empírica entre forma e função, para uma validação teórica. Nesse sentido, verifica-se a correlação da evolução multilinear com o determinismo econômico.

A partir dos estudos no campo difuso da cultura, incongruências são descritas na epistemologia utilizada nos estudos da etnografia. Mudanças culturais não possuem alcance para descrever realizações em culturas particulares, e limites na transcrição advém da operacionalidade na geração de fenótipos. Sendo assim, ambos os métodos de Evolução Unilinear e Multilinear encontram dificuldades em desenvolver teorias acerca dos fundamentos genealógicos correlacionados ao estabelecimento de relações de poder, na ontologia da história humana. Nossas reflexões nos levam a refletir sobre que compreensão os modelos metodológicos traduzem da vida do grupo societário em questão.

Diametralmente oposto a esse debate, a percepção adversa do desenvolvimento como um fenômeno cultural ante ao desvelamento de um fetiche com aspectos de bem-estar social, adere incialmente a questões da percepção do moderno e dos juízos acerca do mesmo. Em fator da necessidade de realizar generalizações sobre o estilo artístico do Modernismo, e a simultânea incompletude da tarefa dado os meandros da pesquisa, Gay (2009) apresenta uma nota acerca da maneira de caracterizar a análise formal de obras de arte modernistas, e a verificação de possíveis modernismos:

> Há alguns anos, o juiz Potter Stewart, da Suprema Corte dos Estados Unidos, declarou que não sabia definir pornografia, mas que podia reconhecê-la quando a via. As obras modernistas dignas de nota, seja qual for seu gênero ou o modo de se dirigir ao mundo, despertam exatamente a mesma impressão (GAY, 2009, p. 17).

Complementarmente, verifica-se no campo da história da arte que os deslizes dos estudiosos se dão concomitantemente à construção das próprias obras do estilo modernista, mediante uma caracterização equivocada dos autores. É possível ainda frisar-se a necessidade de evitar o maniqueísmo social e a sacralização dos agentes sociais e autores de tais trabalhos.

O marco de início do período denominado Modernismo se dá a partir de 1880 e têm ápice até 1930, durando, no entanto, até 1960. Segundo o autor, Picasso se consolidou como o arquétipo do artista moderno, enquanto Dalí consolidou sua pintura como arquétipo da pintura moderna transgressora. À Nietzche se deve a autoria dos marcos conceitual no campo ideológico, que possibilitaram o Modernismo seu rompimento inicial. Consideram-se neste, aspectos similares na arte contemporânea à retro-alimentação cíclica de aspectos formais.

A correlação entre cenário cultural e estilos de arte na forma de desdobramentos, possui um momento de marco no século XIX, dado a ampliação dos espaços públicos destinados à popularização da informação vista nas expansões metropolitanas do século XX (GAY, 2009). Tal expansão contribuiu tanto para uma difusão global do estilo, tanto para questionamentos internos que irrompem no pós-modernismo. No entanto, a multiplicidade dos juízos remonta filosoficamente a contribuições kantianas no campo da razão neoclássica.

Segundo Suassuna (2008), o estudo da estética remete em seu fundamento clássico a uma genealogia platônica na qual a mimese nos moldes clássicos pode tautologicamente sobrepor discursos da Arte, impedindo o cientista esteta de penetrar na compreensão pós-kantiana do campo.

A partir de grandes marcos teóricos realizados em Hegel e Kant, a Estética passa a abranger uma ecologia de categorias como as absorvidas pelo Trágico, o Sublime e o Terror, em função de uma amplitude de questionamentos acerca do próprio fundamento que embebe da Arte Clássica para gerar analogias à aquisição das categorias a reflexão acerca da fruição nos Sistemas da Arte. Tais categorias assinadas pela contrapartida pós-kantia-

na, contribuem para assentar os questionamentos estéticos acerca dos campos da Arte, transferindo a abordagem teleológica gerada pela reflexão a um assentamento objetivo e contemporâneo.

Porém a contribuição Kantiana se estrutura sobre quatro paradoxos. Paradoxo um, a acepção geral adquirida sobre o belo se assenta sobre uma universalidade sem conceito, ou seja, é uma generalidade adquirida por uma fruição dissociada de conhecimentos anteriores sobre o campo percebido. O paradoxo dois acerca do juízo de gosto, reforça essa generalização, pois que a validação da fruição sobre os sentidos humanos demanda uma associação e assentamento na categoria humana ocidental como configuração total de análise filosófica.

O paradoxo três é gerado pela afirmação anterior. Dado um assentamento geral e particular para reiterar uma dissociação à validação universal de um campo visto como belo, o desinteresse em realizar aprofundamentos na segmentação e especificação dentro da locação individual do objeto fruitivo, consolida o tautologismo apresentado na reflexão katiana. O quarto paradoxo constitui-se como uma extensão do desinteresse, uma vez que finalidade e fim distinguem-se acerca do atrelamento na relação com sujeito e objeto. A finalidade descreve a geração de aspectos fruitivos no percurso gerativo de sentido no sujeito, durante a fenomenologia que compreende os eventos geradores do juízo estético.

Adversamente, o fim conduz o processo fruitivo e gerativo, assentando-o mediante a objetividade, determinação e fim do processo. Mediante a aderência ou adesão da finalidade à geração de fruição em reatividades na relação sujeito e objeto, oportunas em uma interação com um objeto fruitivo, uma segmentação didática entre artes livres ligadas à abstração e artes utilitárias em que conhecimento aplicado é estruturante a um assentamento em fim de uso incorre da contribuição kantiana analisada por Suassuna (2008).

Relacionado ao fim, um entendimento acerca da Sustentabilidade a partir da perspectiva de Redclift (2000), remete a significados aplicados na vida diária, fora dos contextos utilizados nas

descrições realizadas em recortes mais hegemônicos de desenvolvimento, pois que internalizam características modernistas em sua acepção européia, investigada em fundo por Gay (2009).

As perspectivas locais do Desenvolvimento Sustentável em Redclift (2000) estão baseadas em categorias de utilização de recursos naturais e gestão a partir de dois eixos recorrentes e atrelamento conceitual no mundo moderno, i) obtenção de indicadores ou índices econômicos para um determinado fenômeno social com geração de modelos inclinados ao recorte de suas características adversas, e ii) reavaliação da natureza frente à perspectiva de controle social, demandando práticas de controladoria e gestão, por meio de índices qualitativos.

Verifica-se, portanto, uma disparidade entre necessidades em um sentido modernista da vida urbana, e cotidiana da vida nas comunidades tradicionais. Assinalada prescrita na definição de Desenvolvimento Sustentável (BRUNTLAND, 1987), o termo prescinde de uma correlação entre desenvolvimento e garantias de validade intergeracional. Tal correlação intrínseca presume, portanto, um forçamento de descrição de homogeneidades e seus assentamentos no âmbito da complexidade da vida humana. Essas homogeneidades levam a verificação de um silogismo na definição de Desenvolvimento Sustentável, uma vez que tais necessidades materiais variam em grande adversidade.

Tal silogismo ante a um assentamento de conceitos societários demanda uma incursão na discussão do desenvolvimento por eixos ligados ao pensamento marxiano, conforme será apresentado no tópico a seguir.

2.2 Assentamentos no Marxismo

Este tópico pretende descrever de maneira abrangente o cenário complementar de teorias econômicas que incorrem nas adversidades verificadas nos juízos diversos acerca da sustentabilidade (SIMONIAN, 2000). Estas recorrem também a partir de certa repercussão atribuída ao sincronismo histórico e bases de uma percepção evolutiva e desenvolvida da área.

Em Lovison e Júnior (2015) o Desenvolvimento Local Endógeno advém como resultado de uma intervenção em âmbito regional da atuação de opções em políticas econômicas. Tais opções são demarcadas em um movimento emancipatório sucessivamente elucidativo, proveniente de processos pedagógicos antagônicos a modelos dialéticos baseados em genealogias do tipo oprimido-opressor, caracterizados pela fragilidade ante a uma possibilidade hegemônica a descrição de esquemas ativos de intervenção estrutural em situações de pobreza social.

Frente a mudanças na dinamização do espaço em nações a partir de movimentações socioeconômicas, e mediante certas limitações das teorias do pensamento do determinismo econômico (BARQUERO, 2002), verifica-se na recursividade de tais esquemas uma demanda pelo aumento da participação social em processos de tomadas de decisão intervindo em perspectivas conjunturais, utilizando diretrizes reversivas tipo *bottom-up* nos modelos gestionários.

Justifica-se essa aquisição a partir de um aporte teórico não somente societário, porém sociológico, a partir da Redução Sociológica de Guerreiro Ramos (FILHO, 2005). Um viés reducionista comprometido em eliminar resíduos dentro do panorama informacional, oferecendo subsídios à avaliação econômica por uma prioridade de base societária, é a contribuição de Ramos apontada em:

> uma atitude metódica que tem por fim descobrir os pressupostos referenciais de natureza histórica dos objetos e fatos da realidade social. A redução sociológica, porém, é ditada não somente pelo imperativo de conhecer, mas também pela necessidade social de uma comunidade que, na realização de seu projeto de existência histórico, tem de servir-se da experiência de outras comunidades (RAMOS, 1965, p.81)

A prioridade em concretizar projetos de sociedades a partir de um entendimento histórico dos enfrentamentos de interesses políticos antagônicos e protagonizados pela luta de classes, é consequência direta dessa análise adquirida com o afunilamento elucidado por Guerreiro Ramos.

Contribuinte no mesmo cenário de construções teóricas nacionalistas da segunda metade do século XX, o viés proposto por Furtado (1964)[9], baseia-se em uma compreensão de que o avanço tecnológico *ad infinitum* contribui para acelerar alterações no campo social, tal como uma parametrização de metas ao desenvolvimento. Contribui-se assim para a geração de atividades econômico-produtivas dialeticamente inter-relacionadas ao campo societário.

Ao se oporem às abordagens anglicizadas e cristalizadas fundamentadas pelo Progressismo e pelo Evolucionismo, gerações de cientistas sociais brasileiros conduzidos por tal corrente e sedimentados pela contribuição marxista, passaram a investigar movimentos sociais no espaço a partir de uma relação diacrônica com a cultura e folclore na microfísica social. Sincronizada ao mesmo tempo com a modelagem político econômica, a contribuição oriunda dessa corrente remete à geração de esquemas de dinamização político econômica, opostos à ideologia tecnocrata gerada durante a segunda revolução industrial, descrevendo análises consideradas como bases do pensamento crítico econômico no Brasil.

Nesse contexto de mudança de modelos teóricos elucidados por aquisição da compreensão de certas necessidades de emancipação social, Furtado (1964) descreve a Revolução Social como objetivo iminente a partir do descompasso problemático entre infraestrutura e superestrutura. A necessidade de reagrupar os constructos em modelos de infraestrutura ocorre a partir da constatação da incongruência na fundamentação conceitual entre diretrizes das bases produtivas, e as contrapartidas ao desenho de contratos sociais pelos quais operam as forças de trabalho direcionadas pela superestrutura.

Ativos em tais cenários complementares, certos esquemas ideológicos de predominância são dinamizados a partir de abismos operacionais assegurados por políticas estatais (SIMONIAN, 2000), visando conservar benefícios e patrimônios de grandes empresas. Elucidados pelo materialismo histórico, esse

9 Dialética do Desenvolvimento, 1964.

conflito de interesse estrutura-se em uma série de assentamentos de fundo econômico e societário, com base no advento da propriedade privada. A consolidação dessa compreensão incorre na constatação do aprofundamento de problemas sociais, assinalada por uma percepção dualista de ideologias e segmentos sociais em constante luta entre classes, em que o controle contratual e manejo do lucro à acumulação, são exercidos por uma minoria hegemônica de proprietários.

Para descrever a aquisição do controle hegemônico, incorrem de várias contribuições sistemáticas na teoria marxista (MARX, 2014). Por exemplo, a função do dinheiro como meio de pagamento nas relações laborais no quadro teórico proposto, implica na compreensão de uma contradição contundente e tautológica à maximização da problemática relação entre classes. Com sucessão das relações trabalhistas e sucessivos pagamentos, a encarnação do trabalho social pelo trabalhador é assentada como única finalidade ao valor de troca, homologando-o como mercadoria absoluta.

No sentido cumulativo de tal mercantilização da força laboral, dado por um acirramento no desdobramento do dinheiro à encarnação individual do trabalho social, sucedem-se situações limítrofes de crises industriais e comerciais, em que crises monetárias incorrem em crises capitalistas, geradas pelo cenário decorrente do controle hegemônico dos meios de produção nas posses da Tecnocracia (MÉSZARÓS, 2002). Tal cenário de controle demanda atribuições em que se configura uma situação de aspecto crônico a formação de patologias sociais, demandando o desvelamento. Quando a acumulação de capital é objetivo permanente, ocorre uma personificação patológica do capital ao indivíduo em que lhe é atribuído um papel de entesourador perpétuo racional, agindo ciclicamente a manter o retorno da cumulação.

Tal necessidade de retorno crônico de capital ao ciclo cumulativo angaria uma unicidade na relação entre mercadoria e dinheiro, demandando eventos no âmbito fenomênico que possam assentar uma relação artificial pautada por trocas mercantis mediadas pelo capital (MARX, 2014). Nesse sentido, Haug

(1997) direciona uma análise crítica à sensualidade projetada pela fascinação estética, como mediação às relações de troca de fundo capitalista.

Em meados da década de 60, a convergência da tecnoestrutura à adição de novas teorias voltadas ao desenvolvimento em que a tecnologia seria o sedimento e condutor, é notada (MÉSZARÓS, 2002). Em uma polaridade contestatória exibida pelo autor, uma inclusão de empresas não orientadas pela tecnologia na época, foi submetida à premazias tautológicas em que o amadurecimento empresarial seria o diferencial entre agentes prontos ou despreparados à inovação, o entendimento da Empresa Madura. Cresciam também fenômenos que tardiamente seriam sucessivamente estudados pela literatura científica utilizada nos estudos sociais, sob a denominação de desterritorialização da economia e desemprego estrutural (IANNI, 1998, SIMONIAN, 2000), descrito também em Geertz (2005).

Durante os anos que sucederam, uma aproximação cada vez mais estreita entre segundo e terceiro setor, a secundarização do terceiro segmento, seria constatada junto ao profundo acirramento da racionalização no conjunto de métodos, técnicas e abordagens ao planejamento utilizados no meio econômico e produtivo, frente a absorção da complexidade no comportamento mercadológico de consumo.

A fusão da tecnocracia com o terceiro setor à formação do Estado Neoliberal tal como é conhecido hoje, ocorre mediante uma terceira geração de Teorias para conduzir o controle de crises capitalistas, uma terceira ordem de coordenações tautológicas ao manejo superficial fenomênico voltada à continuidade da teoria e doutrina a partir de eventos de fundo, tal como a Globalização.

Valores de uso e de troca se constituem, portanto, conceitos antagônicos na teoria marxista à compreensão da criação de fetiches nas relações à aquisição de mercadorias. A compreensão entre o qualitativo (necessidade humana) e quantitativo (fetiche mercantil) quanto à aquisição da compreensão do valor, perpassam uma inversão do juízo objetivo humano. Essa possibilidade

de substituição é alcançada mediante um reducionismo projetado na inversão das relações mercantis, possibilitando uma cíclica cumulação de capitais a partir do uso do dinheiro, termo que em Mészarós é descrito como Sociometabolismo.

Tal reducionismo equipara-se ao racionalismo aplicado nas avaliações que conduzem processos de produção industrial, em contrapartida às discursividades que descrevem os processos de aquisição, inclinados à irracionalidade. Em meio às especulações das descrições apresentadas na teoria marxista (HAUG, 1997), uma assertiva é axial para um assentamento posterior na Teoria da Alienação: a compreensão entre necessidades objetivas e critérios mercantis adquire um percurso alheio à natureza humanizada no sentido marxista, sendo assimilado por uma espécie de coisificação que encontra no fetiche mercadológico sua natureza artificial.

Por sua vez, apesar de não possuir força descritiva suficiente para explicar o assentamento profundo de uma decisão complexamente alienada a partir de escolhas com base no juízo de gosto individual (MÉSZARÓS, 1981), a Teoria da Alienação encontra coesão conceitual em terreno político.

A descrição da alienação dentro do pensamento marxista contribui para compreender uma questão fundamental elucidada por Mészarós: *'qual a contribuição de uma determinada forma de relações de propriedades para tornar o homem mais livre? (MÉSZARÓS, 1981, p.137)'*. A segmentação de tal questionamento à ontologia incorre a partir da percepção de diferentes esferas transversais às interrelações humanas mediadas pelo poder, nas instâncias, i) da necessidade natural, ii) do poder de interferência de outros homens, e iii) em relação a um exercício mais cabal de seus próprios poderes essenciais.

Portanto, o assentamento que se faz da teoria para formulação do determinismo presente no pensamento indutivo corroborado por Marx, contribui para generalizar uma formulação de estados opostos e beneficiar incursões especulatórias do modelo, em esquemas segmentados como imediações, e alienação universal.

A assinatura do fetiche tal como descrito na contribuição marxista, pode ser subdividida em dois tipos, da produção do fetichismo e do consumo do fetichismo.

Após uma segunda ordem à inversão fetichizada da percepção das fragmentações do sistema do capital ao controle político, todos os aspectos das interações sociais se tornam homogêneas. O trecho a seguir descreve o cenário:

> o novo modo de controle é caracterizado por um alto grau de homogeneização das formas e instituições de intercâmbio social, sob o domínio do princípio econômico nos dois sentidos mencionados, com consequências favoráveis para a coesão global do sistema de reprodução social e para a facilidade relativa de controle dos indivíduos (MÉSZARÓS, 2002, p. 208).

Assenta-se em nível teleológico, portanto, um aprofundamento das inversões geradas ante a formação de um panorama geral de alienação. Em uma escala superestrutural frente ao tangenciamento de várias realidades sociais, se dão as fragmentações teleológicas de uma realidade global, contribuindo à estruturação social de um estado de barbárie reiteradamente visitadas por teorias societárias (TFOUNI; SILVA, 2008), material da elucidação filosófica em uma perspectiva dialética. Tal constatação pode encontrar uma contribuição atualizada em Appadurai (1990).

A contribuição do autor apresenta uma consideração relevante no campo das interações locais e globais, dado a necessidade de adquirir um entendimento em nível de complexidade acerca dos cenários na micropolítica locais, e as particularidades dos costumes e hábitos à formação das relações de poder nas sociedades de cada recorte. Para isso, apresentam-se vários eixos aptos à inquisição com base em relações globais de influência, tais como, i) paisagem étnica, ii) paisagem midiática, iii) paisagem tecnológica, iv) paisagem financeira, v) paisagem ideológica.

Como paisagem étnica se refere necessidades de migrações e correntes de mudanças de diferentes povos, dado as dinâmicas locais imbricadas no âmbito geo-político. Na paisagem tecnológica descrevem-se desdobramentos econômico-financeiros pelos

quais o fluxo mecânico-informacional[10] na dinâmica bipartite de trocas, provém um cenário global para a descrição da consolidação das relações no capital financeiro. Como paisagem financeira é descrito o cenário onde a imprevisão absorvida do cenário especulatório (no sentido financeiro) adquire pregnância, frente à possibilidade de flutuações iniciais que permeiam as duas paisagens anteriores e influenciando a geração de distâncias sociais com variações miríades.

Nas paisagens midiáticas ocorre a apreensão das três primeiras escalas no nível teleológico, de maneira mesclada através da disseminação global no campo informacional. A dimensão informacional nessa escala contribui, porém, para a multiplicação da miríade de ressignificações de sentidos sobre as duas primeiras paisagens. Dado que a matriz teleológica contribui para alimentar o ideário de vida cotidiana, é aberta a possibilidade para várias interpretações. Por fim, nas paisagens ideológicas as interpretações a partir da recepção no campo teleológico mesclam-se às oriundas dos desdobramentos informacionais acumulados na matriz europeia, onde o Iluminismo é considerado marco conceitual de referência intelectual para a civilização.

A alusão à necessidade de crescimento constante e permuta icônica com que as grandes crises capitalistas sucedem em falseamento ao colapso durante o século XX, são discutidas em Mészarós (2002) a partir de uma incursão detalhista pelo desacerto entre teorias e doutrinas econômicas, aprofundamento do racionalismo produtivo das miríades interpretativas na economia sob a ótica da alienação, e acirramento da pobreza em contextos internacionais.

2.3 Desenvolvimento endógeno e adversidades

Dando continuidade ao tópico anterior, esta seção irá propor uma discussão na perspectiva de crises sistêmicas no contexto de geração de novos modelos para o Desenvolvimento Endógeno na era do Capitalismo em seu estágio avançado. Dessa

10 Ou no caso de uma opção pelo termo digital.

maneira parâmetros podem ser apontados ante o teor discursivo do desenvolvimento sustentável em locais como os descritos no primeiro tópico.

Complementarmente, e de maneira a ambientar a problematização à formulação da Teoria do Desenvolvimento Endógeno, Barquero (2002) propõe uma revisão da Globalização, analisando o impacto que o panorama de um novo modelo[11] provoca às possibilidades de geração de dinâmicas de ordem diferenciada em uma segmentação espacial.

Uma nova organização de sistemas no entorno produtivo e institucional na relação entre homem e o espaço, é criada por um movimento heterogêneo. Tal heterogenia é reforçada pelo tipo de relação autônoma de cada território, ante a uma orientação ao sistema econômico internacional. Mediante a geração de assimetrias socioeconômicas de maneira irradiada e difusa no espaço dos países a partir da globalização, o autor constata a invalidação de teorias com base em perspectivas do tipo norte e sul (DE SOUSA SANTOS; MENESES, 2010) no estabelecimento de questões condutoras voltadas ao desenvolvimento tardio em nações.

Dado a aquisição de um âmbito complexo na descrição de cenários multipolarizados, em que benefícios e problemas são compreendidos com comportamentos igualmente difusos, um assentamento geral remete á cenários de ganhos e perdas mútuos na economia global.

Quanto ao aspecto ecológico, o desenvolvimento sustentável dentro da Teoria do Desenvolvimento Endógeno é atrelado à necessidade de regulação harmoniosa da acumulação de riqueza e geração de empregos, sob uma melhor alocação de recursos públicos e privados. Baseia-se em um ponto de vista sob o tripé das dimensões econômica, social e de meio ambiente, envolvidas em uma perspectiva produtiva e ecológica com limitações reconhecidas pela teoria e prática.

11 No sentido Kuhniano.

Desse modo, os traços diferenciais do desenvolvimento endógeno são analisados pelo autor (BARQUERO, 2002, p.13) em uma perspectiva com base na prioridade econômica e na emergência compreendida pela gestão, ou seja, pela ação estruturada por processos decisórios em ambientes informacionais mais seguros e mantidos por agentes produtivos em cooperação.

Esses traços têm por base uma fundação em duas perspectivas, a prioridade da articulação territorial, e as demandas às maneiras de impulsionar o crescimento econômico a partir da sinergia organizacional. Em um sentido detalhista da primeira corrente, a difusão de inovações por meio do aumento na eficiência da aprendizagem nos setores econômicos, se torna um catalisador direcionado ao objeto da acumulação de capital, orientado por diretrizes conduzidas pelo Desenvolvimento Endógeno.

A geração de externalidades também é considerada objeto de análise importante, visto que contribuem à acumulação de capitais e reduzem taxas fiscais sob a ação difusa na rede de agentes e mercados nos distritos marshallianos, contribuindo para o equilíbrio regulatório sistêmico da economia. Tal catalisação, por sua vez, compreende o resultado difuso às dinâmicas do ambiente econômico, como parte recorrente do estudo compreendido pelos fatores institucionais e culturais internos às dinâmicas entre seus agentes.

Na primeira corrente, sua formulação conceitual assimila contribuições de teorias como a do Big Push (ROSENSTEIN-RODAN, 1961), Teoria da Dependência (MACHADO, 1999) e da Teoria do desenvolvimento (SCHUMPETER, 1961), Teoria do crescimento dualista (MEDEIROS, 1994), entre outras. A partir da orientação voltada ao acúmulo de capitais, no entanto, Teoria do Crescimento Endógeno (CANUTO; HIGACHI; PORCILE, 1999), Teoria do Desenvolvimento Endógeno, e Teoria do Crescimento Dualista têm em suas bases uma compreensão compartilhada e compatível com uma noção industrial capitalista de que, desníveis nas estruturas produtivas acarretam em cenários de engessamento na geração de capital a partir de implicações diretas no avanço do desenvolvimento tecnológico.

No entanto, a partir desse fundamento, Teoria do Desenvolvimento Endógeno e Teoria da Dependência realizam digressões particulares aos seus objetos de análise. Três dimensões são necessárias à compreensão do desenvolvimento endógeno, a dimensão econômica marcada pelo aumento da competitividade, a dimensão sociocultural, integrativa às variáveis que conferem aspecto de difusão ao ambiente econômico, e a dimensão política, caracterizada pela vontade no âmbito gestionário em materializar a estrutura necessária ao ambiente econômico e produtivo.

As correntes levadas em consideração por Barquero (2002) para a compreensão desse movimento consideram a globalização por meio de várias perspectivas. Abrangendo elementos de importância dado sua complementaridade estas convergem ao desenvolvimento endógeno, tais como, o mundo sem fronteiras, fantasia afastada da realidade, forma liberal do capitalismo atual, internacionalização da mundialização, e como processo histórico.

O aspecto geral adquirido pela globalização remete à utilização estratégica do meio informacional para intensificação das experiências mercadológicas no estágio atual das dinâmicas do capital. Tal afirmação utiliza como esteio verificações no recorte macroeconômico de externalidades geradas por dinâmicas dentro do território mercadologicamente multi setorizado, com possibilidades de condução e atrelamento a interesses local e regional, voltado ao desenvolvimento orientado.

Nesse recorte de potencial regional, cidades e regiões sedimentadas estruturalmente pelo poder público tendem a adquirir protagonismo em cenários de cooperação entre atores de diferentes instâncias das dinâmicas econômicas. Para exemplificar a importância desse processo, contribuições de Rodríguez-Pose (1998) e Alfonso Gil (1997) são mencionados no que tangem possibilidades de redução de custos de transação e produção, aumento da confiança entre atores econômicos, estímulo à capacidade empresarial e fortalecimento das redes para aprimorar as relações de cooperação entre os agentes produtivos do segundo e terceiro setor.

Simétrica e fundamental a sistemas de Rede entre agentes do desenvolvimento endógeno, está à relação com a aquisição de capacidades de competitividade e implementação de inovações em ambientes de volatilidade financeira à especulação[12]. Nesta reside uma compreensão ao tipo de relação contratual entre tais indivíduos, constituindo-se por um conjunto de vínculos fracos e efêmeros, centrados no aumento da robustez informacional da Rede a partir da transferência de conhecimento e difusão de inovações entre si, expandindo as aquisições coletivas de maneira conjunta em direção a novos mercados.

A prospecção mercadológica e redução de riscos e custos a partir da expansão do porte das empresas sob um formato de Redes é reconhecida ante a necessidade de abrangência da atividade mercadológica, e reconhecimento do estado complexo e quase imprevisível das dinâmicas entre consumidores e capacidade de governabilidade nos terceiros setores. Tais modelos remetem tanto à eficácia do processo decisório compreendida em modelos neoclássicos de desenvolvimento, quanto à redução do Estado na teoria schumpeteriana (SIMONIAN, 2000).

Em tais recortes descritivos, o setor de Pesquisa e Desenvolvimento de Design (P & D, *Research & Development*) apresenta contribuições voltadas a transformações das organizações empresariais à aquisição da capacidade de inovação em produtos e processos (MOZOTA, 2011, BARCELLOS, ET AL., 2015), internalizados ou externalizados, tangíveis ou intangíveis. Nesse sentido, o fortalecimento da rede e aperfeiçoamento dos dispositivos de cooperação e transferência de conhecimento utilizando modalidades diversas, é fator primordial na irradiação difusa da aquisição de mercados.

Em contrapartida, o terceiro setor opera com diretrizes voltadas à endogeneização das atividades produtivas reduzindo possíveis obstruções na regulação ao equilíbrio sistêmico da economia, e oferecendo suporte em termos de planejamento estratégico ou financiando projetos. A operação é realizada a partir de políticas de incentivo fiscal ou mesmo promocional à interação

12 No sentido financeiro.

dos agentes por meio de ferramentas públicas, ou em parcerias de modelo público-privada.

Visando a geração endógena de inovação, se verifica um assentamento firmado em uma perspectiva herdada por contribuição na perspectiva marshalliana de distritos, em que resultados emergentes são gerados a partir da interação com o entorno, angariando a compreensão de um desenvolvimento tecnológico a partir da questão espacial, ou mesmo territorial. Nessa atualização da descrição dos entornos prevalecem dois movimentos à geração de inovação, o que sucede o desenvolvimento tecnológico no *technology push* em que inovação é direcionada pela pesquisa nos setores de P & D, e outro denominado *demand pull*, em que o desenvolvimento de inovações ocorre decisivamente frente a competitividade na relação entre agentes e entorno.

Uma concepção atualizada do desenvolvimento endógeno admite complementarmente aspectos comportamentais difusos, tais como flutuações, estratégias imitativas ou defensivas de inovação, consideradas de uma maneira geral como condições de partida na avaliação orientada ao desenvolvimento de inovações.

Por sua vez, o processo de difusão criadora recebe descrição sistemática como comportamento de geração de inovações com similaridades às considerações em respeito ao ciclo de vida de produtos e serviços (MIGUEL, 2008). Apresenta aspectos marcados inicialmente por etapas de pesquisa e desenvolvimento, redução tarifária mediante emergência de similares imitativos como concorrência, e simultânea internalização de custos e repartição conjunta em ambiente de mercado. Por último, ocorre a assimilação ambiental da inovação gerada.

3. DISCUSSÕES

Esse artigo apresentou uma discussão de ideias para a formulação conceitual de um modelo preliminar de análise societária voltada ao desvelamento da vida ribeirinha, frente ao desenvolvimento e à sustentabilidade. São características de tal análise, aspectos sincrônicos da elaboração da identidade histórica do

quilombo, tempo presente na formação do imaginário, e geração de ressignificados sob desvelamento conduzido pela contribuição marxista à Teoria da Alienação. Nesse percurso gerativo, restam delimitações metodológicas a proposições, porém ficam assentados conceitos e abordagens complementares.

No cruzamento entre a compreensão simbólica da construção ribeirinha e a necessidade de desvelamento à alienação das ordens do Capital mediante uma compreensão de Mészarós (2002), aspectos cruciais à elaboração das paisagens discursivas na abordagem de Appadurai (1990), podem ser apresentadas sobre os eixos, i) desmandos institucionais e oportunismos políticos (SIMONIAN, 2000), ii) ressignificados e anacronismos na formação identitária ribeirinha, e iii) resultante estagnação na relação mercadológica com resistência cultural (SIMONIAN, 2000), e geração de passivo econômico.

A utilização de paisagens na abordagem apresentada por Appadurai (1990) possibilitam uma leitura em que as origens de África e Laranjituba remontam a um isolamento de 300 anos, com confrontos e apropriações de posses do senhorio às margens das vias hídricas da região. Com uma economia pouco competitiva e voltada à subsistência, o quilombo avançou resistente ao tempo em uma espécie de hibridismo culturalmente-radical--produtivo.

Uma análise acirrada do custeamento da qualidade de vida local condenaria os habitantes a um compartilhamento obrigatório das posses territoriais, com um aniquilador e mínimo retorno à acumulação de riquezas da população. Midiaticamente, uma primeira análise sincrônica das duas primeiras paisagens leva a um assentamento inicial em Geertz (2005), contrastando, porém, sob um cenário de correlações culturais ao poder onde a genealogia resgataria um abismo colonial genocídico (SIMONIAN, 2000), enquanto a disseminação informacional propaga uma alienação de fundo historicista sob a imagem do folclore.

Por fim, assentam-se modelos dualistas de visão de mundo, onde a esfera simbólica da construção moderna do europeu assinalada a partir de Baudelaire (GAY, 2009), contrasta às pena-

lidades do esquecimento de um passado tribal africano remoto, hibridizado, resiliente, oculto e protegido pela resistência cultural. Há uma dissociação total entre ambos os modelos simbólicos, onde a especulação é trabalho permanente (SIMONIAN, 2000). Entendo que aqui podemos relacionar esta discussão com auxílio da representação gráfica com uma sintaxe simples, recorrente no campo do design e da semiótica. As comunidades quilombolas organizam-se como em formas circulares. Os modelos de desenvolvimento ainda que endógenos, organizam-se em forma linear verticalizada, de modo a não favorecer o diálogo, única lógica presente na história dessas comunidades, onde a produção de bens comuns é dialogada (ex. na cada de farinha), assim como a produção cultural e a organização da vida cotidiana.

Os modelos de desenvolvimento, embebidos da proposta societária massificadora, estruturam-se em uma lógica linear e alienante e não se assentam em políticas que lhes assegurem seus direitos, do que decorre que estes povos vivem à margem da própria sociedade. Não possuem uma rede de serviços eficiente a sua disposição como cidadãos; não percebem seus valores e costumes nos currículos escolares, e não conseguem comercializar dignamente os bens que produzem.

Na revisão de literatura realizada, são constatadas fragilidades dos modelos de inovação de produto, uma herança dos modelos neoclássicos do pensamento econômico, focados na relação capital X trabalho, em que a interação com a pesquisa e desenvolvimento é caracterizada com distanciamento. Complementarmente são também verificadas divergências conceituais nos termos Inovação Radical e Inovação Incremental, a partir de modelos schumpeterianos e neoclássicos focados no desenvolvimento de produtos e serviços (MANSHARAMANI, 2005).

Porém, em uma pregnância que remete ao tipo de modelo conceitual de teoria ao desenvolvimento econômico, Marx e Schumpeter compartilham da mesma concepção de natureza humana, em que predomina a necessidade de transformação ambiental às necessidades do homem. É verificado que o aprofundamento do fetiche na terceira ordem do Capital leva a compreen-

são de uma desigualdade substantiva, a partir de uma leitura com base na própria substância do capital (MARX, 2014).

Sobre as necessidades imbricadas no recorte de um empreendimento marxista, e acerca das implicações pertinentes à formação do critério acerca do juízo de gosto (SUASSUNA, 2004), de uma amostragem coletiva de descrições voltadas à percepção em recortes fenomênicos utilizados para declarar a Teoria da Alienação em Mészarós (1981), se pode afirmar mediante uma atualização do autor (MÉSZARÓS, 2002), que a contribuição dessa teoria se atrela à função de desvelação da realidade falseada tautologicamente, ante as sucessivas ordens de fetiches geradas para obstruir a compreensão objetiva das crises do Capital.

Subjetivamente, a leitura ribeirinha ante a sua própria realidade, demanda a compreensão de sua autonomia, autoproteção e voluntarismo, ante a uma análise com vistas à crítica ao empobrecimento. A fragilidade e concorrências dos desmandos ocasionados pela oportunística governança são reconhecidos, e podem ser enfatizados na interlocução aberta. Verifica-se, portanto, a parcialidade da Teoria da Alienação na geração de uma interpretação à teorização subjetiva do 'eu', dirigida a um objeto social de terceira instância dissociado e culturalmente resistente. Resta um questionamento a ser investigado: até onde o relativismo cultural influencia na formulação do juízo de gosto e percepção autônoma da realidade?

Nesse âmbito, a geração de interfaces mais societárias de inter-relação paramétrica entre ambos os sistemas capitalistas e resilientes anti-capitalistas, desperta interesses na formulação de um limite teórico (SIMONIAN, 2000). Diálogo, negociações, problematização, desenvolvimento de soluções, tecnificação e regulação forçosa à redução de externalidades no fluxo de transferência de capital, induzem a um desenho sistêmico descrito antecipadamente em torno da Economia Solidária.

A análise realizada por Mészarós (2002) sobre o falseamento dos cenários críticos à compreensão das crises, conduz a uma percepção fetichizada de resistência da estrutura capitalista às inclinações ao colapso sistêmico, dado fragilidades históricas

dos próprios axiomas em que está estruturado. Após cada mudança de ordens realizadas para maquiar rompimentos e fraturas profundamente desenvolvidas nas relações de acumulação de capital a partir da era mercantilista, as causas ao desmoronamento do capitalismo como teoria e doutrina, segundo o autor, são internalizadas pela Tecnoestrutura a partir de incrementos na teoria e práticas financeiras, produtivas e econômicas.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. Disjuncture and difference in the global cultural economy. **Theory, culture and society**, v. 7, n. 2, p. 295-310, 1990.

ARNHEIM, Rudolf. **Intuição e intelecto na arte**. Martins Fontes, 2004.

BARCELLOS, Ekaterina E. I.; MERCALDI, Marlon; PASCHOARELLI, LUIS C.; BOTURA JR, Galdenoro. In: FOURTH INTERNATIONAL CONFERENCE ON INTEGRATION OF DESIGN, ENGINEERING AND MANEGEMENT FOR INOVATION. 4., 07-10 out. 2015. De Redig ao P&D: A Trajetória da Abordagem da Antropologia no Design. **Anais...** Florianópolis: IDEMI, 2015. p. 527-540.

BARQUERO, Antonio Vásquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002. 278 p.

BRUNTLAND, G. et al. Report of the world commission on environment and development: our common future. Transmitted to the General Assembly as an Annex to document A/42/427--Development and International Cooperation: Environment. [Online] Available at http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm (Accessed 10 March 2011), 1987.

CANUTO, OTAVIANO; HIGACHI, H.; PORCILE, G. Modelos evolucionistas de crescimento endógeno. **Revista de Economia Política,** v. 19, n. 4, p. 53-77, 1999.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do sul.** Cortez Editora, 2010.

FILHO, E.B.S. In: IIIrd International Congress on Graphics Engineering for Arts and Technical Drawing/14º Simpósio Nacional de Geometria Descritiva e Desenho Técnico. Desenho, uma análise semiótica. **Anais...** Ouro Preto/MG: Secretaria do Graphica 2000 - Escola de Minas - UFOP, 2000.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Univ of California Press, 1964.

GAY, Peter. **Modernismo: o fascínio da heresia: de Baudelaire a Beckett e mais um pouco;** tradução Denise Bottmann. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GEERTZ, Clifford. Agricultural involution: the process of ecological change in Indonesia. **University of California Press**, 1963.

GEERTZ, C. In: EDELMAN, M.; HAUGERUD, A. (Ed.). The anthropology of development and globalization: from classical political economy to contemporary neoliberalism. Agricultural involution revisited. Malden, Mas.: **Blackwell Publishing**, 2005. p. 194-205.

GIL, Javier Alfonso. Instituciones económicas: contornos de la triada básica. **Economistas**, v. 15, n. 73, p. 128-136, 1997.
HAUG, Wolfgang Fritz. **Crítica da estética da mercadoria.** Unesp, 1997.

IANNI, Octavio. As ciências sociais na época da globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** v. 13, n. 37, p. 33-41, 1998.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A. Tradução de: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira, Quinta edição, 1997.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. Ed. 9. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LOVISON, Aida Maria; JÚNIOR, Eduardo Basso. Desenvolvimento local endógeno: interrogando seus limites e possibilidades à luz da Pedagogia do Oprimido. **Desenvolvimento em Questão,** v. 13, n. 30, p. 327-345, 2015.

MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina. **Estudos avançados**, v. 13, n. 35, p. 199-215, 1999.

MANSHARAMANI, V. **Towards a theory of service innovation:** an inductive case study approach to evaluating the uniqueness of services. Master of science at the Massachusetts Institute of Technology, 2005.

MARX, Karl; LAFARGUE, Paul. **O capital:** extratos por Paul Lafargue. Conrad, 2004.

MEDEIROS, Fernando. A teoria do dualismo revisitada nos países de industrialização sem modernização. **Análise Social**, v. 29, n. 125/126, p. 81-119, 1994.

MÉSZÁROS, István et al. **Para além do capital**. Boitempo Editorial, 2002.

MIGUEL, P. A. C. **Implementação do QFD para o Desenvolvimento de Novos Produtos**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

MOZOTA., B. B. **Gestão do Design:** usando o design para construir valor de marca e inovação corporativa. Porto Alegre: Artmed editora/ Bookman editora, 2011.

RAMOS, Alberto G. **A Redução Sociológica**. 2a ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

REDCLIFT, M. Introduction. _____ (Ed.). Sustainability: life chances and livelihoods. London: Routledge, 2000. p. 1-13.

RODRÍGUEZ-POSE, Andrés. Dynamics of Regional Growth in Europe: Social and Political Factors: **Social and Political Factors**. Clarendon Press, 1998.

ROSENSTEIN-RODAN, Paul N. Notes on the theory of the 'big push'. **Palgrave Macmillan** UK, 1961.

SAID, Edward W. Orientalism: western conceptions of the Orient. 1978. **Harmondsworth,** Eng.: Penguin, 1995.

SANTOS; PUREZA. Comunidades quilombolas África e Laranjituba(PA) em rede, 1990.

SANTOS; AQUINO. Associação e comunidades em terra quilobola: em questão participação e a inclusão em redes pelo direito a políticas, 2012.

SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do desenvolvimento econômico**. Fundo de Cultura**, 1961.

SIMONIAN, Ligia T. L. In: COELHO, Maria Célia N.; SIMONIAN, Ligia T.; FENZEL, Norbert (Org.). Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais. **Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia Brasileira**. Belém: Cejup, 2000. p. 9-53.

STEWARD, J. In: _____. Theory of social change: the methodology of multilinear evolution. Multilinear evolution: evolution and process. **Urbana**; Chicago: University of Illinois Press, 1972. p. 11-29.

SUASSUNA, Ariano. **Iniciação à Estética**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

TFOUNI, Fabio Elias Verdiani; SILVA, Nilce da. A modernidade líquida: o sujeito e a interface com o fantasma. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, v. 8, n. 1, p. 171-194, 2008.